



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

CONSELHO GERAL

Acta da reunião extraordinária do Conselho Geral de 22 de Fevereiro de 2010

-----Aos vinte e dois dias do mês de Fevereiro de dois mil e dez, teve lugar, na Sala do Conselho Científico da Reitoria da Universidade dos Açores, pelas nove horas e trinta minutos, uma reunião extraordinária com os membros do Conselho Geral da Universidade dos Açores, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1. Apreciação e votação da acta da reunião de 16 de Novembro de 2009.-----

-----2. Período antes da ordem do dia.-----

-----3. Análise e votação dos documentos de revisão orçamental das Unidades Orgânicas, Órgãos e Serviços.-----

-----4. Análise e debate com vista a uma eventual revisão estatutária nos termos do Art.º 68.º do RJIES e do Art.º 116.º do Estatuto da Universidade dos Açores, designadamente das questões que se prendem com os aspectos formais e metodológicos.-----

-----5. Exposição do Vice-Reitor, Professor Doutor Jorge Medeiros, sobre as matérias que constam do ofício do Conselho Geral de 14 de Janeiro do corrente, no qual se transmitiram as matérias colocadas pelos Conselheiros no decorrer da reunião realizada na mesma data.-----

-----6. Debate sobre o ponto anterior.-----

-----Para além do Presidente do Conselho Geral da Universidade dos Açores, Doutor Ricardo Madruga da Costa, que presidiu, estiveram presentes os seguintes membros:-----

-----Doutora Gilberta Margarida Pavão Nunes Rocha;-----

-----Doutor Mário José Amaral Fortuna;-----

-----Doutor Carlos Eduardo Pacheco Amaral;-----

-----Doutor Tomaz Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho;-----

-----Doutor Armindo dos Santos Rodrigues;-----

-----Doutor Alfredo Emílio Silveira de Borba;-----

-----Doutora Rosa Maria Baptista Goulart;-----

-----Doutora Maria Gabriela Pereira da Silva Queiroz;-----
-----Estudante Nelson Braga Moura;-----
-----Estudante André Filipe Matos de Carvalho;-----
-----Mestre Francisco José Massa Flor Franco;-----
-----Dr. Francisco Luís de Sequeira Leal Sampaio da Nóvoa;-----
-----Dr. Roberto Sousa Rocha Amaral;-----
-----Esteve ausente o Dr. Mário António da Mota Mesquita, que justificou.-----
-----Antes de dar início à ordem de trabalhos, e de acordo com a informação enviada aos Conselheiros por correio electrónico no dia dezassete de Fevereiro, o Presidente do Conselho Geral pediu ao Dr. Luís Filipe Sousa, Director dos Serviços de Informática, para explicar o modo como aceder ao *moodle* da Universidade dos Açores, onde irá ser disponibilizada toda a documentação do Conselho Geral. Foi solicitada igualmente a presença do Dr. Marcos Carreiro, Director dos Serviços de Coordenação das Actividades da Reitoria, e da D.^a Elvira Ribeiro, que passará a assegurar o secretariado do Conselho Geral, dado que ambos terão um envolvimento activo na gestão da documentação a disponibilizar no referido *moodle*.-----
-----Verificada a existência de quórum, o Presidente do Conselho Geral declarou aberta a sessão, cumprimentando os Conselheiros e justificando a ausência do Magnífico Reitor, por se encontrar em Lisboa, num júri de doutoramento, e a do Vice-Reitor, no período da manhã, por ter ficado retido em Lisboa, devido ao mau tempo. De seguida, submeteu a votação a Acta da reunião do dia dezasseis de Novembro, tendo a mesma sido aprovada com doze votos a favor e uma abstenção.-----
-----Passando de imediato ao ponto dois da ordem de trabalhos, foi aberto um breve período de intervenções para os Conselheiros se pronunciarem sobre aspectos considerados relevantes, não contemplados na Ordem de Trabalhos.-----
-----O Doutor Mário Fortuna pediu para intervir, fazendo referência à questão do processo orçamental e chamando a atenção para a necessidade de se ter conhecimento dos orçamentos das entidades com ligação orgânica à Universidade dos Açores, nomeadamente a Fundação Gaspar Frutuoso e o IMAR, considerando que estes orçamentos deveriam fazer parte do orçamento global da instituição, o que mereceu a concordância da Doutora Gilberta Rocha. No seguimento desta intervenção, o Presidente do Conselho Geral informou que irá fazer chegar ao Magnífico Reitor um pedido para que a Universidade apresente um Relatório, não só sobre a Fundação Gaspar Frutuoso, como também sobre as outras instituições em que a Universidade participa, tendo o Doutor Carlos Amaral referido que o Conselho Geral não necessita

destas informações apenas para conhecimento, mas, acima de tudo, para se pronunciar e deliberar sobre as mesmas. Ainda sobre o assunto, o Doutor Armindo Rodrigues chamou a atenção para o facto de este já ter sido debatido na reunião anterior, tendo sido aprovada uma proposta de criação de mecanismos que permitam à Universidade deter controlo sobre todos os projectos dos docentes e investigadores pagos com verbas de centros de custos da Fundação Gaspar Frutuoso e de outras instituições em que a Universidade participa.-----

-----Face à situação de catástrofe que se abateu sobre a ilha da Madeira, o estudante André Carvalho propôs ao Conselho Geral o envio de uma mensagem de solidariedade ao Conselho Geral da Universidade da Madeira, tendo a proposta sido aceite pelos Conselheiros.-----

-----Tomando novamente a palavra, o Presidente do Conselho Geral apelou aos Conselheiros, no sentido de apresentarem sugestões sobre os pontos contemplados no documento enviado pelo Conselho Nacional de Gestão, acerca da Audição dos Presidentes dos Conselhos Gerais da Universidades, e do qual foi dado conhecimento por correio electrónico. Aproveitou ainda para informar que recebeu um convite da Gulbenkian, para participação numa Conferência sobre a gestão das Universidades. Por fim, sugeriu que, na reunião marcada para o dia doze de Abril, se aproveitasse para se fazer uma reflexão sobre o primeiro ano de actividade do Conselho Geral.-----

-----O Doutor Carlos Amaral aproveitou para intervir, fazendo referência à dificuldade em adquirir / obter bibliografia em condições através dos Serviços de Documentação, achando calamitoso que se fale em qualidade de ensino e investigação, quando aqueles serviços não possuem bibliografia de qualidade, tendo dado como exemplo o que se passa na área de História. Segundo afirmou, há que fazer diligências para que esta situação se resolva, pois, apesar de o Magnífico Reitor continuar a dizer não haver problema neste sentido, o facto é que, na realidade, não se tem adquirido bibliografia. No entanto, mostrou-se satisfeito por saber que estão a dar importância ao que já vinha dizendo há longo tempo, pois tal situação também se verifica em outras áreas científicas. Reafirmou ainda que a ideia subjacente não passa de uma ideia confederalista, que está na raiz de todos os problemas da Universidade, mostrando a sua discordância em relação ao facto de a aquisição de bibliografia depender de cada Departamento. Mencionou o tempo em que a Universidade tinha bibliotecas departamentais, nos respectivos Centros, o que justificava esta ideia confederalista. Com a mudança dos livros para a biblioteca central, a situação sofreu algumas alterações. Muitas vezes as verbas eram escassas para darem continuidade à aquisição

de assinaturas e, se nem todos os Departamentos utilizaram as verbas que lhes foram atribuídas, em muito se deveu a problemas burocráticos levantados quer pela Reitoria, quer pelos Serviços de Documentação, pois apresentavam como justificação, para a devolução das propostas apresentadas, a falta de elementos.-----

-----Sobre este assunto, o Doutor Mário Fortuna afirmou que o Departamento de Economia e Gestão não tem qualquer problema neste sentido, pois, para além das bases de dados adquiridas, a bibliografia que precisa ou existe nos Serviços de Documentação ou é disponibilizada na internet. Acrescentou ainda que, ao longo do tempo, tem vindo a utilizar opções para gerir as suas verbas e sugeriu que as restantes Unidades Orgânicas administrassem as suas verbas consoante as suas necessidades específicas.-----

-----No seguimento das intervenções anteriores, os Doutores Alfredo Borba e Armindo Rodrigues subscreveram as palavras do Doutor Mário Fortuna, considerando igualmente que a questão da bibliografia é uma questão interna dos Departamentos, tendo o Doutor Alfredo Borba acrescentado que todos os livros adquiridos estão disponibilizados nos Serviços de Documentação e que, quando a Reitoria decidiu distribuir verbas para a aquisição de bibliografia, nem todos os Departamento souberam utilizar a verba para aquele feito.-----

-----Embora também dê importância à questão da bibliografia, o Doutor Tomaz Dentinho acrescentou que não basta apenas adquirir bibliografia. Para que este processo funcione, afirmou, para além de se criar a oferta, há que estimular a procura, ou seja, também é necessário ler o que se compra.-----

-----Apesar de aceitar o modo como a questão da bibliografia foi abordada pelo Doutor Mário Fortuna, a Doutora Gilberta Rocha fez questão de realçar que nem todos os departamentos possuem a mesma realidade. No caso concreto do Departamento de História, informou que nem todos os mestrados abrem anualmente. Não havendo regularidade na abertura dos mestrados, salientou que muito dificilmente se consegue adquirir bibliografia de qualidade, bem como a assinatura periódica de revistas da especialidade. Acrescentou ainda que muitas das verbas dos mestrados são utilizadas para garantirem o funcionamento dos mesmos e fazerem face às despesas de deslocação dos membros dos júris.-----

-----Após uma breve interrupção de quinze minutos, deu-se início à análise e votação dos documentos de revisão orçamental das Unidades Orgânicas, Órgãos e Serviços, tendo sido aberto um período de intervenções.-----

-----O Doutor Mário Fortuna foi o primeiro a intervir, chamando a atenção para a necessidade de se ter acesso às notas explicativas, para poderem enquadrá-las nos

números indicados nos mapas, afirmando que as alterações introduzidas não foram disponibilizadas, ao que a Senhora Administradora informou não ter havido necessidade de se proceder ao seu reenvio, pois as mesmas já tinham sido enviadas anteriormente. O Doutor Mário Fortuna aproveitou para sugerir que se faculte aos Conselheiros o acesso, através do *moodle*, de todos os orçamentos das Unidades Orgânicas, bem como o descritivo que acompanha cada orçamento, com as alterações finais. Por fim, chamou a atenção para o facto de a versão definitiva ainda não ter sido aprovada.-----

-----Sobre o assunto, o Doutor Carlos Amaral aproveitou para questionar acerca das condicionantes colocadas às Unidades Orgânicas para a elaboração dos orçamentos, no que respeita às despesas/receitas, na medida em que, segundo afirmou, o seu Departamento teve dificuldade em preencher alguns campos que se encontravam fechados. Em relação à questão das despesas com pessoal, interrogou se os aumentos e progressão na carreira também estavam contemplados, pois há largos anos que a Universidade não procede a abertura de concursos, acrescentando ainda que, de acordo com o ECDU, a Universidade dos Açores deverá abrir concursos nos próximos quatro anos, independentemente de haver ou não cabimento orçamental. No que respeita a participação em júris, chamou a atenção para o facto de as mesmas terem sido debitadas no orçamento do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, tendo afirmado que este orçamento deveria ser revisto. Considerou que as despesas das Unidades Orgânicas vão muito para além do orçamento que foi apresentado, dando como exemplo o facto de terem informado o seu Departamento de que as despesas de bibliografia deveriam ser feitas com o montante remanescente das restantes despesas. Ainda em relação às despesas de júris, é de opinião de que estas devem ser consideradas como despesas gerais/centrais de toda a Universidade, justificando a sua posição dando como exemplo o facto de alguns membros da Reitoria pertencerem ao mesmo departamento, o que se torna difícil para estas Unidades Orgânicas gerirem as suas verbas se estas despesas lhes forem imputadas. Relembrou ainda a existência de um acordo entre Universidades, referente ao financiamento das deslocações para participações em júris, sendo prática comum a própria universidade pagar as despesas para os doutoramentos, enquanto para os Mestrados estas despesas são pagas com verbas do próprio Mestrado. Neste sentido, perguntou à Senhora Administradora se as despesas de deslocação para júris mencionadas nos mapas se referiam apenas às deslocações dos elementos da Reitoria ou se as mesmas também se aplicavam aos outros membros dos departamentos. Para concluir a sua intervenção, o Doutor Carlos Amaral solicitou que se disponibilizasse o número de deslocações dos elementos da

Reitoria mais as deslocações para júris, a fim de poderem ter uma ideia dos custos reais.-----

-----Em relação ao Departamento de Economia e Gestão, o Doutor Mário Fortuna fez referência ao método utilizado para preparar o respectivo orçamento, relativamente à imputação e distribuição de verbas. No entanto, chamou a atenção para as assimetrias verificadas em alguns casos, propondo que os Departamentos fizessem um orçamento de convergência, de modo a clarificarem situações menos esclarecedoras. Sobre as possíveis dificuldades sentidas por algumas Unidades Orgânicas, o Doutor Mário Fortuna considerou que algumas delas não têm dificuldades, como se comprova no quadro apresentado, tendo afirmado que as dificuldades e as assimetrias não estão longe de serem resolvidas e de poderem ser equilibradas de forma razoável. Acrescentou ainda que, para uma análise mais fundamentada, parece estar a faltar o ano histórico de cada unidade orgânica. Na mesma linha de pensamento, afirmou que o papel preponderante das Unidades Orgânicas é saber abdicar de algumas áreas, para poderem investir na progressão das carreiras dos seus docentes. Em relação às deslocações, entendeu que o orçamento foi feito com base nos históricos das deslocações dos departamentos, embora considere que as deslocações para júris de doutoramento devam estar incluídas no orçamento da Reitoria e não no dos departamentos. Ainda sobre as deslocações, é de opinião de que as deslocações efectuadas pelo Reitor e pelos Vice-Reitores, em serviço da Reitoria, devam sair do orçamento da Reitoria, enquanto as efectuadas em serviço docente, como participações em júris, por exemplo, devam sair dos orçamentos dos respectivos departamentos. Para finalizar, acrescentou que o mês de Julho seria uma boa altura para o Conselho Geral ouvir várias sugestões, no sentido de contribuírem para a convergência.-----

-----De seguida tomou a palavra o Doutor Tomaz Dentinho, para congratular o resultado obtido, tendo acrescentado que, para um boa gestão, as regras do jogo devem ser bem claras. Tal como o Doutor Mário Fortuna, é de opinião de que cada Departamento deve indicar o modo como vai gerir o seu orçamento, corrigindo-o se necessário, de modo a não prejudicar/explorar os restantes Departamentos. Sobre as deslocações dos elementos da Reitoria, o Doutor Tomaz Dentinho é de opinião de que estas deveriam ser incluídas nos orçamentos das respectivas Unidades Orgânicas, não concordando com o facto de as Unidades Orgânicas passaram para a Reitoria os custos destas deslocações.-----

-----O Doutor Alfredo Borba aproveitou para dar os parabéns pelo trabalho apresentado, afirmando, no entanto, não concordar que os alunos pesados sejam o factor

principal para se fazer o cálculo do orçamento, pois considera que alguns departamentos nunca vão conseguir fazer a recuperação.-----

-----O Doutor Armindo Rodrigues mostrou igualmente a sua concordância com os princípios de distribuição do orçamento, por nos darem uma visão de como os Departamentos estão funcionando. No entanto, afirmou haver necessidade de se estabelecer um plano para se ver a evolução da coesão existente. Aproveitou ainda para questionar se as despesas do pessoal foram calculadas com base no aumento salarial, ao que a Senhora Administradora respondeu que estes cálculos foram feitos, tendo em conta igualmente a progressão na carreira. O Doutor Armindo Rodrigues chamou ainda a atenção para a dificuldade sentida naqueles departamentos que colaboram com outros departamentos, sobretudo no que diz respeito à requisição do material necessário para o tipo de apoio solicitado. Em relação ao quadro referente às despesas de serviços administrativos, considerou que algumas destas despesas deveriam ser reduzidas, principalmente as relativas às deslocações para reuniões, que poderiam ser evitadas se optassem pela utilização de videoconferências. Referiu ainda que as deslocações do Reitor e dos Vice-Reitores deveriam ser exclusivamente de serviço da Reitoria, não incluindo as participações em júris. Para finalizar, mostrou-se indignado com o volume de *overheads* apresentados pelo DOP, quando se verifica haver um esforço de coesão por parte dos outros departamentos.-----

-----Ainda em relação às deslocações para participação em júris, a Doutora Gilberta Rocha afirmou não ver motivo para que estas deslocações para participação em júris sejam imputadas à Reitoria, quando na realidade estes não se deslocam em serviço da Reitoria, mas sim em benefício dos próprios departamentos.-----

-----Em relação ao Departamento de Geociências, e apesar de não estar na reunião na qualidade de defensora daquele departamento, a Doutora Gabriela Queiroz fez questão de esclarecer que o seu departamento fez um pedido de convergência para quatro anos, prevendo-se que tal se venha a concretizar.-----

-----No seguimento destas intervenções, a Senhora Administradora começou por recordar que, com a aprovação do Plano Global do Orçamento da Universidade dos Açores, os planos de cada Unidade Orgânica foram aprovados automaticamente, e que, agora, só foram introduzidas pequenas alterações. Quanto à metodologia aplicada na distribuição do Orçamento pelas Unidades Orgânicas, voltou a descrever o método utilizado, lembrando, no entanto, que o mesmo já tinha sido explicado em pormenor na reunião de dezasseis de Novembro, tendo acrescentado que o cálculo dos 95% foi utilizado de acordo com a metodologia aprovada anteriormente pelo Conselho Geral.

Em relação às despesas de deslocações para júris, informou que, apesar de terem indicação de que as Unidades Orgânicas é que deveriam assumir estas despesas, na elaboração do orçamento mantiveram a política utilizada anteriormente, com base no histórico, tendo as mesmas sido imputadas à Reitoria, salientando ainda que deveriam pedir um esclarecimento à Reitoria sobre o assunto.-----

-----Terminada a ronda de intervenções, procedeu-se à votação, na globalidade, do orçamento, tendo-se verificado os seguintes resultados: doze votos a favor, um voto contra e uma abstenção.-----

-----Após o apuramento da votação o Doutores Carlos Amaral e Tomaz Dentinho informaram que irão apresentar uma declaração de voto por escrito, para justificar, no primeiro caso, o seu voto contra, e, no segundo caso, a sua abstenção. Ambas as declarações ficarão apenas a esta Acta.-----

-----Os trabalhos foram interrompidos para o almoço às doze horas e cinquenta minutos, tendo sido retomados às catorze horas e quarenta minutos.-----

-----Entrando no ponto quatro da ordem de trabalhos agendada, o Presidente do Conselho Geral mencionou o facto de a questão de uma eventual revisão estatutária já ter sido abordada anteriormente, concordando haver necessidade de se proceder a esta revisão. Sobre o assunto, aproveitou para fazer referência a uma mensagem que o Doutor Tomaz Dentinho enviou a todos os Conselheiros, no seguimento da última reunião, com o intuito de se incluir este assunto no ponto da agenda. Segundo informou, trata-se apenas de uma abordagem preliminar, no sentido de se debruçarem sobre a revisão dos Estatutos, colocando a questão sobre o modo como se deverá processar esta revisão estatutária.-----

-----O Doutor Alfredo Borba pediu a palavra dizendo que concorda que o actual Estatuto requer alterações e aperfeiçoamento. No entanto, estranha que se queira proceder a estas alterações, passado apenas um ano após a sua aprovação, afirmando que, se tal acontecer, só irá dar uma má imagem da UAc perante o Ministério. Acrescentou ainda que a calendarização normal da revisão dos Estatutos é de quatro anos.-----

-----Discordando do Doutor Alfredo Borba, o Doutor Carlos Amaral afirmou que pior do que alterar os Estatutos apenas a um ano após a sua aprovação, é manter uns Estatutos que não estão em conformidade. Na sua opinião, seria necessário proceder a uma calendarização de um conjunto de reuniões, num prazo que permita um amplo debate na instituição, mas que seja um debate consequente, para que a comunidade académica se possa pronunciar sobre o assunto, tendo proposto a apresentação de um

pedido formal dirigido ao Conselho Geral, solicitando a revisão estatutária. Na sua opinião, só com um processo de revisão estatutária é que é possível proceder à apresentação de propostas de alteração das eventuais lacunas existentes nos actuais estatutos, tendo afirmado que essa reflexão só pode ser consequente se for num quadro de revisão estatutária. Acrescentou ainda que, tal como a criação, a alteração dos Estatutos é muito melindrosa e deve ser desenvolvida com o máximo de seriedade e reflexão, devendo ser tratada num certo enquadramento, afirmando que a elaboração dos Estatutos foi feita num quadro de autismo e prepotência, por parte da Assembleia Estatutária. Daí insistir que as propostas devam ser feitas num quadro de revisão estatutária.-----

-----Num processo desta natureza, afirmou o Presidente do Conselho Geral, deveriam seguir a seguinte metodologia: em primeiro lugar, teriam de fazer chegar ao Presidente do Conselho Geral uma proposta de alteração de, pelo menos, dois terços dos membros do Conselho, proposta esta que deveria ser apresentada a todos os Conselheiros e debatida, por ordem de artigos, devendo por fim ser levada a votação. Sendo criada uma Comissão de Redacção, esta deveria obrigatoriamente ter um apoio jurídico. Acrescentou ainda que é necessário ser cauteloso com os aspectos jurídicos, para que as alterações não sejam recusadas, daí ter consultado o jurista da Universidade, que lhe informou que o pedido de revisão dos Estatutos deve passar por um acto formal, ou seja, basta que dez conselheiros expressem a vontade de uma revisão estatutária.-----

-----Concordando com alguns aspectos focados pelo Doutor Carlos Amaral, o Doutor Armindo Rodrigues afirmou que, pior que alterar, é manter uns Estatutos que não servem os interesses da Universidade. A única questão que considera importante neste ponto é saber se concordam ou não com a revisão dos Estatutos. Pela experiência verificada, afirmou que existe um grande descontentamento em relação aos actuais Estatutos. No entanto, lembra que o processo de elaboração dos Estatutos foi demasiado complicado, devido ao *deadline* exigido pelo Ministério, tendo sido aprovado o melhor que conseguiram. Havendo necessidade da sua revisão, propõe, numa primeira fase, que se crie condições para o efeito, e só depois de criadas estas condições é que se deveria avançar para a apresentação de propostas.-----

-----Apesar de compreender a posição do Doutor Alfredo Borba, a Doutora Gilberta Rocha mostrou-se favorável a uma revisão dos Estatutos. No entanto, chamou a atenção para o que se passou na última de revisão dos Estatutos, lembrando que os contributos apresentados pelas várias Unidades Orgânicas não foram tidos em conta pela Comissão de Revisão dos Estatutos. Referiu ainda que, apesar de também ter feito parte da

referida Comissão, o Magnífico Reitor é o próprio a reconhecer que os Estatutos não estão em condições. Segundo afirmou, a Comissão da Revisão dos Estatutos não era tão simplista quanto parecia. Na altura da revisão/aprovação dos Estatutos, havia grandes constrangimentos financeiros e uma forte inadequação da estrutura orgânica em relação à oferta de ensino e à necessidade de expansão. Deu como exemplo, por um lado, a situação do Departamento de Economia e Gestão, que, sendo um Departamento muito homogéneo, conseguiu uma coerência no seu fechamento, e, por outro, a situação de outros departamentos que, apesar de se terem expandido, criando novos cursos em conjunto com outros departamentos, sentiram maior dificuldade, devido à racionalização de meios.-----

-----O Presidente do Conselho Geral aproveitou para esclarecer que se sentiu na obrigação de levar este assunto ao Conselho Geral, dadas as várias pressões sentidas, devendo agora ser necessário estabelecer os métodos para se avançar com o processo.---

-----O Doutor Tomaz Dentinho explicou que as razões do seu pedido se prendiam com aspectos importantes que se encontram em falta nos referidos Estatutos, chamando a especial atenção para a metodologia a ser aplicada nas referidas alterações, e para a necessidade de se estabelecer regras orçamentais, de modo a que cada unidade orgânica possa saber que responsabilidade lhe cabe para a elaboração do respectivo orçamento.---

-----Tomando a palavra, o estudante André Carvalho reconheceu que, apesar de ter pertencido à Comissão que aprovou os actuais Estatutos, estes não são os mais indicados, tendo afirmado não ver qualquer inconveniente na proposta apresentada pelo Doutor Carlos Amaral. Acrescentou, no entanto, que a mesma deveria ser apresentada posteriormente, seguindo o seu processo natural.-----

-----Sobre o assunto, o Doutor Mário Fortuna mostrou-se espantado com a proposta de se começar com a análise de reflexão dos Estatutos, quando ainda não se passou um ano desde que o actual foi aprovado. Segundo afirmou, se já se tivesse consolidado a experiência dos actuais Estatutos, seria normal proceder à sua revisão. No entanto, ainda não foi concluído um ciclo do seu funcionamento e já se coloca a hipótese de se proceder às alterações sem termos a oportunidade de comprovar que os Estatutos funcionam. Ao contrário do Doutor Carlos Amaral, o Doutor Mário Fortuna não considera que a criação dos Estatutos tenha sido feita num quadro autista. Segundo afirmou, podem não ter sido os estatutos ideais, mas foram os possíveis na altura. Para se poder avançar com alterações, declarou que é preciso identificar os problemas e definir os objectivos para se proceder a uma revisão. Esclareceu ainda que não houve

nenhum chumbo em relação à aprovação dos actuais Estatutos. Apenas algumas propostas não foram aprovadas por não estarem em condições de serem aprovadas.-----

-----Na sequência das intervenções anteriores, a Doutora Rosa Goulart também se mostrou apreensiva em relação à alteração dos Estatutos nesta altura, devido à má imagem que este processo poderá dar perante o Ministério.-----

-----Na opinião do Doutor Roberto Amaral, para se alterar os Estatutos, é preciso obedecer a um certo formalismo que não possa ser impugnado, ou seja, é preciso sentir que algo não está a funcionar bem. Por se tratar de um processo complexo, não subscreveu a ideia do Doutor Carlos Amaral, por não sentir esta necessidade de alteração. Por fim, chamou a especial atenção para o facto de uma proposta desta natureza não poder ser apresentada apenas por um docente, tal como lhe pareceu ser a ideia transmitida pelo Doutor Carlos Amaral. -----

-----Antes de se dar por concluído este ponto da ordem de trabalhos, o Presidente do Conselho Geral informou que não pretende condicionar qualquer tipo de processo de revisão, e que só irá marcar uma reunião para o efeito, quando todos os conselheiros entenderem que este processo está em condições de poder ser avançado, tendo proposto uma espécie de roteiro, com fases e procedimentos, que irá ser circulado por todos, tendo o Dr. Roberto Amaral acrescentado que, uma vez dada a entrada de um pedido na mesa do Conselho Geral, o processo deve ser imediatamente desencadeado.-----

-----De seguida, o Presidente do Conselho Geral deu a palavra do Senhor Vice-Reitor para a Área Administrativa, Prof. Doutor Jorge Medeiros, para se pronunciar sobre as matérias colocadas pelos Conselheiros no decorrer da reunião de 14 de Janeiro, as quais foram transmitidas ao Magnífico Reitor no ofício do Conselho Geral de 14 de Janeiro.-----

-----Antes de dar início à sua exposição, o Senhor Vice-Reitor começou por pedir desculpas aos Conselheiros por só ter conseguido estar presente da parte da tarde, devido ao mau tempo que o deixou retido em Lisboa, passando de seguida a um dos pontos mencionados no ofício, respeitante à abertura de concursos. Em relação à progressão nas carreiras, esclareceu que, quando a Reitoria decidiu abrir concurso para professores catedráticos e associados, o número de professores catedráticos era muito aquém das vagas disponíveis, enquanto, para os associados, havia sete vagas para cerca de 100 candidatos. Acrescentou ainda que, na devida altura, foi pedido às Unidades Orgânicas que indicassem as áreas a serem contempladas. Com a alteração do ECDU, a situação da Universidade dos Açores também se alterou, pois, por exigência do Ministério, até Fevereiro as Instituições deveriam criar um regulamento próprio para

estes concursos. Entretanto, a Reitoria procedeu à elaboração dos regulamentos, tendo-os levado a Conselho Científico, prevendo-se para breve a sua aprovação. Segundo afirmou, após a aprovação dos regulamentos a Reitoria irá proceder, a curto prazo, à abertura dos concursos, pretendendo, num futuro muito próximo, aumentar o número de associados para 30 e o de catedráticos para 50. No entanto, chamou a atenção para o facto de, nestes concursos, as áreas científicas terem de ser bem especificadas para que haja um equilíbrio nas Unidades Orgânicas de cerca de 50% a 60%.-----

-----Sobre este assunto, o Doutor Mário Fortuna pediu a palavra, dizendo que, com a passagem dos professores associados para catedráticos as vagas deixavam de existir. Considerando importante a progressão na carreira, questionou se a Reitoria pretendia fazer alguma proposta aos Departamentos, pois, em termos orçamentais, nem todos poderiam ter condições para fazer isso. Considerou ainda ser necessário fazer uma gestão interna rigorosa, e ao mesmo tempo cautelosa, sem serem demasiado restritivos, tendo-se mostrado preocupado com a situação do Departamento de Economia e Gestão, por terem muitos docentes que não são de carreira. Deste modo, sugeriu ao Conselho Geral recomendar à Reitoria que não sejam abertas vagas sem consultarem as Unidades Orgânicas, de modo a que estas possam apresentar uma visão estratégica sobre as áreas em que devem ser abertas, pois, para a abertura de vagas também é necessário saber se existe cabimentação orçamental.-----

-----Segundo a Doutora Gilberta Rocha, numa abertura de concurso, a questão deve ser muito clarificada, pois é preciso definir o perfil adequado para a vaga. Aproveitou para fazer referência a uma proposta apresentada e aprovada em Conselho Científico, a qual não foi tida em conta pela Reitoria, aquando da abertura dos concursos, tudo indicando que este processo foi feito à revelia do que fora aprovado em Conselho Científico. Afirmou ainda que os concursos não devem ser encarados numa visão apenas financeira.-----

-----Por sua vez, o Doutor Carlos Amaral considerou escandaloso que a Reitoria tenha procedido à abertura de concurso para professores catedráticos, antes de proceder à candidatura para associados, tendo referido a situação do Departamento de História e de outras Unidades Orgânicas, cuja Direcção está à responsabilidade de professores auxiliares. Referiu igualmente o exemplo da avaliação de desempenho pedagógico que deve ser feito pelo Conselho Pedagógico, quando este Conselho tem apenas um professor catedrático como membro e é dirigido por um professor associado, o que significa que este órgão não pode avaliar ninguém nestas condições. De resto, criticou o facto de os concursos para associados serem mais apertados que os concursos para

catedráticos, quando deveria ser o contrário. Para finalizar, o Doutor Carlos Amaral, considerou essenciais os seguintes aspectos: i) competência do Reitor na abertura de concursos; ii) existência de legítimos critérios de pluralidade, que o Reitor terá de atender na definição dos concursos, tais como o número de alunos, o número de docentes, a distribuição por áreas científicas, os cursos e a investigação); iii) urgência na abertura de concursos.-----

-----Quanto ao Doutor Tomaz Dentinho, este considera que se trata de um percurso de que não vale a pena se falar muito, pois considera que o que acontece presentemente é que ser catedrático ou associado é tudo uma questão de mérito/reconhecimento. Recorda que até agora sempre se teve um quadro de catedráticos e associados muito pequeno. A sua preocupação tem a ver com o facto de a Universidade optar por apostar nas carreiras dos seus próprios docentes, em vez de alargar a abertura de concursos para o exterior, considerando que deste modo perde muito com esta opção. No entanto, concorda que haja uma regra de critérios de carreira, mas tendo sempre em conta que também é preciso ponderar o número de alunos por unidade orgânica e a investigação futura.-----

-----Em relação do Departamento de Geociências, a Doutora Gabriela Queiroz esclareceu que aquele departamento não conseguiu evoluir em termos de quadro, por se terem voltado mais para a investigação.-----

-----Ainda sobre os concursos, o Doutor Armindo Rodrigues também mostrou a sua preocupação, discordando em parte da opinião do Doutor Tomaz Dentinho, pois, se os concursos forem demasiado abertos, a Universidade poderá correr o risco de, em termos de gestão, ter de contar com um novo ETI exterior à Universidade, acarretando mais despesas para o departamento respectivo.-----

-----Na sequência das intervenções anteriores, o Senhor Vice-Reitor esclareceu que, no caso dos concursos para os associados as Unidades Orgânicas foram consultadas em termos de áreas. Antes das alterações dos Estatutos, foram abertas sete vagas para catedráticos, para aqueles que se encontravam em condições de passar a catedrático. Como só havia sete pessoas em condições de subirem de categoria, não viram necessidade de consultar as Unidades Orgânicas. Para finalizar, salientou que, desde o início, sempre fez referência ao facto de a pirâmide estar ao contrário em relação ao número de associados e catedráticos.-----

-----No que diz respeito ao segundo ponto mencionado no ofício, o Senhor Vice-Reitor fez questão de esclarecer que, aquando da realização do aniversário da Universidade no pólo da Horta, nunca se pretendeu dizer que se estava a criar uma nova

unidade orgânica. O que se pretendeu dizer foi que o Departamento de Oceanografia e Pescas já tinha condições para se tornar numa Escola com primeiro, segundo e terceiro ciclos.-----

-----Em relação ao Plano Estratégico, o Doutor Tomaz Dentinho começou por fazer várias críticas ao plano apresentado, afirmando não ter visto grande conexão entre o que fazem os Departamento e os serviços centrais. Afirmou ainda que este não é um plano interno da Reitoria, pois deve ser feito por toda a Universidade e não apenas pela equipa da Reitoria.-----

-----Na sequência da intervenção anterior, o Presidente do Conselho Geral explicou que a parte descritiva do Plano Estratégico foi largamente difundida pela comunidade académica e que o cronograma apresentado define o que se pretende fazer, de modo a que as Unidades Orgânicas possam colaborar futuramente. Na sua opinião, considera o cronograma da Universidade um grande progresso.-----

-----O Senhor Vice-Reitor aproveitou para esclarecer que o cronograma apresentado é o resultado do documento aprovado em Conselho Geral na reunião de Outubro de 2009.-----

-----Segundo a Doutora Gilberta Rocha, neste cronograma existem muitas coisas que poderiam ser concretizadas, pelo que considera que muitas das questões levantadas poderão ajudar se foram vistas em termos de áreas científicas.-----

-----Na opinião do Doutor Armindo Rodrigues, se existe um plano aprovado pelo Conselho Geral, e se o Conselho Geral exigiu à Reitoria um cronograma com base no documento aprovado, logo não poderá haver alterações. Aproveitou ainda para colocar uma questão em relação ao ponto 4, sobre a investigação, pois não percebe que controle tem a Reitoria sobre a investigação que é feita na Universidade, tendo mesmo a noção de que as próprias Unidades Orgânicas também perderam este controle. Gostaria igualmente de saber que acções vão ser levadas a cabo para que os docentes se integrem em Centros. Sobre esta questão, o Senhor Vice-Reitor explicou que irão tentar, sempre que possível, que os docentes/investigadores das Unidades Orgânicas estejam integrados em centros FCT.-----

-----Quanto à forma, o Doutor Carlos Amaral sugeriu que se mandasse instalar em todos os computadores programas actualizados, sobretudo os programas mais utilizados. Quanto ao conteúdo, concorda com a opinião do Doutor Armindo Rodrigues, quando diz que o Conselho Geral já aprovou o Plano Estratégico. No entanto, esperava que a Reitoria apresentasse uma cronologia de como este Plano iria ser posto em prática. Segundo afirmou, é na Comissão de Estratégia que devem ser colocadas estas questões

de orientação/coordenação. Considera ainda que todo este trabalho apresentado deveria estar de acordo com as Unidades Orgânicas, pois este documento é o resultado de o Conselho Geral ter forçado a Reitoria a apresentar um resumo do Plano de Estratégica. Quando foi pedido um cronograma, estava à espera de um quadro a dizer o que vai ser feito e um outro quadro a dizer como e quando irá ser feito. No entanto, este documento não indica 'como' irá ser feito. Por fim, concluiu que o que está a faltar é um relatório da Reitoria, a informar o que está a fazer.-----

-----Para finalizar, o Presidente do Conselho Geral informou os Conselheiros de que irá preparar uma carta para enviar ao Magnífico Reitor, com uma síntese do que foi decidido na reunião e que irá dar conhecimento da mesma aos Conselheiros, para que possam apresentar sugestões de alteração.-----

-----Antes de dar por finalizada a reunião, o Presidente do Conselho Geral chamou a atenção para as datas das próximas reuniões, mais precisamente para as agendadas para os dias doze de Abril, para debaterem sobre os Relatórios e Contas, e a de doze de Julho, onde irá ser feita uma reflexão sobre o primeiro ano de funcionamento do Conselho Geral e discutidos os pressupostos orçamentais. De seguida, deu por encerrada a reunião às dezoito horas e dez minutos, da qual se lavrou a presente acta que, depois de aprovada, irá ser assinada nos termos da Lei.-----

O Presidente do Conselho Geral: